

Introdução ao Capital

Karl Korsch

Original publicado em alemão: não encontrei

Versão

em

HTML:

<https://www.marxists.org/archive/korsch/19xx/introduction-capital.htm>

O livro de Marx sobre o capital, assim como o livro de Platão sobre o Estado, como O *Príncipe* de Maquiavel e O *Contrato Social* de Rousseau, deve seu impacto tremendo e duradouro ao fato de que ele capta e articula, em um momento decisivo da história, todas as implicações da nova força que invade as antigas formas de vida. Todas as questões econômicas, políticas e sociais, sobre as quais a análise do *Capital* de Marx se baseia teoricamente, são hoje questões práticas que abalam o mundo, sobre as quais a luta na vida real entre grandes forças sociais, entre estados e classes, ocorre em todos os cantos da Terra. Karl Marx provou para a posteridade ser o grande pensador de vanguarda de sua época, na medida em que compreendeu desde cedo como essas questões seriam decisivas para a crise histórica mundial que se aproximava. No entanto, mesmo um pensador tão grande como Marx não poderia ter compreendido essas questões teoricamente e incorporá-las em seu trabalho se elas já não tivessem sido colocadas, de uma forma ou de outra, como problemas reais na vida real de sua própria época.

O destino tratou esse veterano alemão de 48 de uma maneira peculiar. Ele foi banido, tanto pelo governo republicano quanto pelo absolutista, do contexto original de sua atividade prática e, assim, retirado em tempo hábil das condições estreitas e atrasadas da Alemanha e projetado na corrente histórica principal que seria o cenário de suas verdadeiras realizações. Aos 30 anos de idade, Karl Marx havia alcançado, por meio de seu estudo do pensamento de Hegel, uma compreensão profunda e abrangente, embora *filosófica*, da vida. Mas agora, precisamente em consequência da transposição forçada de seus campos de atuação, antes e depois da revolução fracassada de 1848, ele pôde, durante seus sucessivos períodos de exílio, primeiro na Bélgica e na França e depois na Inglaterra, entrar em contato teórico e prático imediato com os desenvolvimentos mais progressivos da vida real daquela época.

Por um lado, havia os *movimentos socialistas e comunistas franceses*, que avançavam para além das conquistas da grande revolução jacobino-burguesa em direção a novos objetivos proletários; e, por outro lado, a *estrutura totalmente desenvolvida da produção capitalista moderna, com suas relações correspondentes de produção e distribuição*, que havia surgido na Inglaterra a partir da Revolução Industrial de 1770-1830. Todos esses elementos da visão de Marx - a história política francesa, o desenvolvimento econômico inglês, o movimento trabalhista moderno - "transcenderam" o cenário contemporâneo na Alemanha, e Marx dedicou décadas de pensamento e pesquisa à incorporação desses elementos em seu trabalho científico, especialmente em sua obra-prima, *O Capital*. Foi essa combinação de energia sustentada e visão abrangente que conferiu a *O Capital* a extraordinária vitalidade em virtude da qual ele permanece inteiramente "atual" nos dias de hoje. Pode-se até dizer que, em muitos aspectos, ele só agora está começando a se tornar seu.

O objetivo final desta obra é, nas palavras do autor, "revelar as leis econômicas de movimento da sociedade moderna". Essa declaração já implica que *O Capital* não pretende ser apenas uma contribuição para o estudo acadêmico tradicional da economia. É verdade, é claro, que o livro desempenhou um papel importante no desenvolvimento da teoria econômica e deixou sua marca na literatura técnica do assunto até os dias de hoje. Mas *O Capital* também é, como declara seu subtítulo, uma 'Crítica da Economia Política'¹, e essa rubrica significa muito mais do que a adoção de uma atitude crítica em relação às doutrinas individuais apresentadas por este ou aquele teórico econômico; nos termos de Marx, significa uma crítica da economia política *como tal*. Analisada sob o ponto de vista da abordagem histórico-materialista de Marx, a economia política não é, afinal, apenas um sistema teórico que envolve proposições verdadeiras ou falsas. Ela incorpora em si mesma um aspecto da realidade histórica - ou, para ser mais preciso, é um aspecto do "modo de produção burguês moderno" e da formação social que é construída sobre ele, um aspecto, isto é, da realidade histórica particular que é analisada criticamente em *O Capital*, desde seu início, passando por seu desenvolvimento e desaparecimento, até sua eventual transição para novas e mais elevadas formas de produção e sociedade. Se pensarmos em termos das categorias acadêmicas com as quais

¹ O subtítulo, isto é, da segunda edição alemã, à qual Korsch se refere em todo o texto. Nessa tradução, no entanto, as citações e a numeração dos capítulos foram alinhadas com as edições inglesas mais acessíveis (Moscou e Lawrence and Wishart). Elas se baseiam na tradução de Moore-Aveling de 1887, que por sua vez se baseia na terceira edição alemã, publicada após a morte de Marx.

estamos acostumados hoje, então *O Capital* de Marx parece ser mais uma teoria histórica e sociológica do que econômica.

Mas mesmo essa definição revisada do trabalho de Marx, e a série de qualificações semelhantes que poderíamos acrescentar, não conseguem caracterizar toda a amplitude e profundidade do método científico marxiano e seu objeto de estudo. *O Capital não pertence* a nenhuma disciplina, mas tampouco é uma espécie de allsorts filosófico, pois trata de "um objeto bastante definido de um ponto de vista bastante particular". Nesse aspecto, a obra de Marx pode ser comparada ao famoso livro de Darwin sobre a *Origem das Espécies*. Assim como Darwin descobriu as leis de desenvolvimento da natureza orgânica, Marx revelou as leis que regem o curso da história humana. Marx abordou essas leis de duas maneiras: por um lado, ele delineou a lei histórica geral do desenvolvimento, que é chamada de "materialismo histórico", e, por outro, propôs a lei específica do movimento do modo de produção capitalista moderno e da sociedade burguesa a que ele dá origem. A comparação de Marx com Darwin não se baseia apenas na pura coincidência de datas históricas (embora seja verdade que a *Origem das Espécies* e a primeira parte da obra de Marx sobre o capitalismo, *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política*, tenham sido publicadas em 1859). Como o próprio Marx sugeriu, e como Engels deixou claro em seu discurso no túmulo de Marx, a comparação expressa uma conexão muito mais profunda do que isso. Em uma dessas notas de rodapé profundas e requintadas, embora muitas vezes aparentemente digressivas, com as quais Marx quase sobrecarrega *O Capital*, ele relata como Darwin chamou sua atenção pela primeira vez para a "história da tecnologia natural", ou seja, para a "formação de organismos vegetais e animais como parcelas para o sustento da vida vegetal e animal". E ele faz a pergunta:

A história dos órgãos produtivos do homem social, dos órgãos que são a base material de toda organização social, não merece igual atenção? E essa história não seria mais fácil de compilar, uma vez que, como diz Vico, a história humana difere da história natural pelo fato de termos feito a primeira, mas não a segunda?

Essas observações expressam perfeitamente a relação entre Darwin e Marx, enfatizando não apenas o que eles têm em comum, mas também a distinção entre eles. O estudo de Darwin lida com a história natural em um sentido mais restrito, enquanto Marx lida com desenvolvimentos sócio-históricos práticos que o homem não apenas experimenta, mas também molda. Marx, no entanto, ao contrário de alguns dos obscurantistas e semi-teólogos modernos das chamadas "humanidades", não chegou à

conclusão de que a descrição e o estudo da vida social do homem permitem um grau menor de rigor intelectual e empírico e uma proporção maior de subjetividade do que as próprias ciências naturais. Marx estava inclinado a trabalhar a partir da posição oposta e se propôs explicitamente a tarefa de delinear o desenvolvimento econômico da sociedade como um processo "histórico-natural".

Ainda não estamos em condições de julgar se, ou em que medida, Marx realizou esse projeto imponente em *O Capital*. Isso só poderia ser decidido em uma época futura, quando, como Marx antecipou, sua teoria não estaria mais sujeita aos "preconceitos da chamada opinião pública", mas seria avaliada com base em uma verdadeira "crítica científica". No entanto, da forma como as coisas estão atualmente, essa ainda é uma perspectiva de longo prazo.

Embora possa ser impertinente tentar fazer um julgamento definitivo no momento, é apropriado fornecer a esta edição do *Capital* de Marx pelo menos uma indicação da relação bastante peculiar entre as partes realizadas e não realizadas da obra.

A obra de Marx sobre economia se apresenta para nós hoje como um torso gigantesco - e não é provável que esse aspecto seja substancialmente alterado pelo aparecimento do material até então inédito ainda existente. Deixemos de lado, por enquanto, as linhas gerais dos primeiros rascunhos de Marx, nos quais a crítica da economia política ainda não está isolada da crítica da lei e do governo, das formas ideológicas em geral, e ainda não foi distinguida como um objeto autônomo e primário de investigação - mesmo assim, ainda há uma enorme lacuna entre o que Marx planejou e o que ele realmente realizou em seu trabalho.

Em 1850, Marx estabeleceu-se em Londres, onde "o enorme material sobre a história da economia política acumulado no Museu Britânico; a visão favorável que Londres oferece para a observação da sociedade burguesa; finalmente, o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia ter entrado com a descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália" o levou a recomençar seus estudos político-econômicos "desde o início". No período após sua chegada a Londres, Marx comentou duas vezes sobre o plano geral do trabalho político-econômico que tinha em mente, primeiro no manuscrito da "Introdução Geral", escrito em 1857, mas posteriormente "suprimido" até que Kautsky o publicou no *Neue Zeit* em 1903 e, segundo, no "prefácio" da *Crítica da Economia Política*, que apareceu em 1859. Aqui está o primeiro desses dois comentários: A ordem do tratamento deve ser manifestamente a seguinte: primeiro, as

definições gerais abstratas que são mais ou menos aplicáveis a todas as formas de sociedade... Em segundo lugar, as categorias que compõem a organização interna da sociedade burguesa e constituem os fundamentos das principais classes; capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária; suas relações mútuas; cidade e campo; as três grandes classes sociais, o intercâmbio entre elas; circulação, crédito (privado). Terceiro, a organização da sociedade burguesa na forma de um Estado, considerado em relação a si mesmo; as classes "improdutivas"; impostos; dívidas públicas; crédito público; população; colônias; emigração. Quarto, a organização internacional da produção; divisão internacional do trabalho; câmbio internacional; importação e exportação; taxa de câmbio. Quinto, o mercado mundial e as crises".

Dois anos depois, Marx publicou "os dois primeiros capítulos da primeira seção do primeiro livro sobre o capital" como uma parte separada (com cerca de 200 páginas!) intitulada *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Ele começou o *prefácio* dessa obra com estas palavras: Considero o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial. Sob os três primeiros títulos, examino as condições de existência das três grandes classes que compõem a sociedade burguesa moderna; a conexão dos três títulos restantes é evidente".

Apenas um fragmento da primeira metade desses planos abrangentes foi realizado no trabalho sobre o capital que foi de fato concluído, em parte pelo próprio Marx e em parte por outros. No final de 1862, quando ele já havia decidido que a "continuação" da *Crítica da economia política* deveria ser publicada por si só sob o título *O capital*, ele escreveu a Kugelman que esse novo livro (com o qual ele se referia não apenas ao Volume I de *O capital* como o conhecemos hoje, mas também a todas as outras partes!) "realmente lida apenas com os assuntos que deveriam formar o terceiro capítulo da primeira seção, ou seja, o capital em geral". Por uma série de razões, algumas internas à obra e outras externas, Marx decidiu, mais ou menos nessa época, reduzir consideravelmente o plano geral que havia mantido praticamente inalterado até então. Ele decidiu que apresentaria todo o material em três ou quatro livros, o primeiro dos quais trataria do "processo produtivo do capital", o segundo do "processo de circulação", o terceiro da "estrutura do processo geral" e o quarto da "história da teoria".

O próprio Marx só concluiu um desses quatro livros de *O Capital*. Ele apareceu como Volume I de *O Capital* em 1867 e uma segunda edição foi publicada em 1872. Após a morte de Marx, seu amigo e colaborador literário Friedrich Engels reuniu o

segundo e o terceiro livros com base nos manuscritos disponíveis. Eles foram publicados como Volumes 2 e 3 de *O Capital* em 1885 e 1894. Há também os três volumes intitulados *Theories of Surplus Value (Teorias da mais-valia)*, que foram publicados por Kautsky entre 1905 e 1910, novamente com base nos manuscritos de Marx, e que podem ser considerados, em certo sentido, como o quarto livro de *O Capital*. A rigor, no entanto, eles não são uma continuação de *O Capital*, mas uma versão incompleta de um manuscrito mais antigo que Marx escreveu entre agosto de 1861 e junho de 1863. Ele não foi planejado para ser parte de *O Capital*, mas forma a continuação da *Crítica da Economia Política* de 1859. O próprio Engels planejou publicar a parte crítica desse manuscrito como o Volume IV de *O Capital*, depois de excluir as inúmeras passagens que já havia usado para construir os Volumes 2 e 3. Mas o que Marx faz no Volume I é contrário a essa intenção. Nem mesmo a parte do manuscrito que já havia sido publicada em *A Contribution to the Critique of Political Economy* é retomada sem alterações, mas sim submetida a uma revisão completa nos três primeiros capítulos da nova obra. Uma das tarefas mais importantes dos futuros editores de Marx será fornecer uma versão completa e integral do manuscrito da *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, pois essa é a primeira exposição central do sistema de pensamento de Marx e, de fato, a única que ele mesmo concluiu.

Embora exista uma enorme lacuna entre o projeto que foi contemplado e o trabalho que foi concluído, *O Capital* de Marx, mesmo o primeiro volume isolado, nos impressiona tanto na forma quanto no conteúdo, como um todo acabado e completo. Não devemos imaginar que, enquanto Marx estava trabalhando no Volume I, ele viu os outros volumes concluídos em sua mente e empregou no primeiro livro um quarto de todos os seus pensamentos sobre o assunto. Essa concepção é desacreditada por algo que Rosa Luxemburgo enfatizou há 30 anos em um excelente estudo sobre *O Capital*. Ela escreveu que, décadas antes do aparecimento do terceiro volume em 1894, "a doutrina de Marx como um todo havia sido popularizada e aceita" na Alemanha e em outros países "com base no primeiro volume", que não revelava "nenhum traço de incompletude teórica".

Não faz muito sentido tentar resolver essa aparente contradição entre o conteúdo e a recepção de *O Capital* dizendo que esse primeiro volume já apresenta um quadro completo da relação entre as duas grandes classes da sociedade burguesa moderna, a classe capitalista e a classe trabalhadora, além de descrever a tendência geral do desenvolvimento capitalista atual em direção à socialização dos meios de produção,

enquanto as questões tratadas nos volumes subsequentes, a circulação do capital e a distribuição de toda a mais-valia entre as diferentes formas de renda dos capitalistas (como lucro, juros, aluguel do solo e lucro comercial), são de menor relevância teórica e prática para a classe trabalhadora. Além do fato de que a teoria de Marx em *O Capital* afirma que há três, e não duas, classes básicas na sociedade burguesa (capitalistas, trabalhadores assalariados e proprietários de terras), seria uma simplificação excessiva impensável da teoria dizer que ela deriva as leis de movimento e desenvolvimento da sociedade moderna apenas da esfera da produção e das convicções e contradições que surgem nessa esfera, e que não leva em conta, nesse contexto, o processo de circulação também e a integração estrutural de ambos os aspectos no processo geral.

A verdadeira resposta ao problema é que a investigação que Marx empreende no primeiro volume limita-se apenas *formalmente* ao processo produtivo do capitalismo. Na verdade, ao tratar desse *aspecto*, Marx compreende e retrata a *totalidade* do modo de produção capitalista e a sociedade burguesa que dele emerge. Ele descreve e conecta todas as suas características econômicas, juntamente com suas manifestações legais, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas - em suma, *ideológicas*. Essa abrangência é uma consequência necessária do *modo dialético de descrição*, um legado hegeliano do qual Marx se apropria formalmente intacto, apesar de sua "inversão" materialista de seu conteúdo filosófico-idealista. A dialética pode ser comparada ao moderno método "axiomático" das ciências matemáticas, na medida em que esse método usa um procedimento aparentemente lógico-construtivo para deduzir, a partir de certos princípios simples, os resultados já obtidos por meio de pesquisas detalhadas.

Este não é o lugar para avaliar as vantagens e desvantagens da aplicação do método dialético à economia política. Basta dizer que esse método é usado, com habilidade consumada, em *O Capital*, e que seu emprego para um exame do processo de produção implica a necessidade de incluir nessa investigação todo o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa nele baseada. Agora, há uma série de dificuldades que surgem para o leitor não iniciado precisamente devido à "simplicidade" peculiar do desenvolvimento conceitual dos primeiros capítulos de *O Capital*. Essas dificuldades estão ligadas ao modo dialético de descrição, e tratarei delas mais adiante.

Essa, portanto, é a razão mais importante pela qual o primeiro volume de *O capital* não mostra "nenhum traço de incompletude teórica", pela qual essa, a única parte da obra concluída pelo próprio Marx, dá, apesar da limitação explícita e frequentemente reiterada do autor de seu alcance formal ao "processo produtivo do

capitalismo", uma impressão muito maior de unidade do que a obra completa formada pela adição dos volumes subsequentes. Mas há também outra razão, que é a forma artística que o Volume 1 alcança como um todo, apesar de um estilo que muitas vezes parece rígido e desnecessariamente restrito. Certa vez, Marx escreveu uma carta apaziguadora a Engels em resposta às reclamações bem-humoradas de seu amigo sobre o longo atraso na produção dessa obra; as palavras dessa carta se aplicam não apenas a *O Capital*, mas também a algumas das obras históricas de Marx, especialmente *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*:

Independentemente das deficiências que possam ter, o mérito de meus escritos é que eles são um todo artístico, e isso só pode ser alcançado pelo meu método de nunca imprimi-los até que estejam diante de mim como um todo. Isso é impossível com o método de Jacob Grimm, que em geral é mais adequado a obras não construídas dialeticamente". (Marx: Carta a Engels, 31 de julho de 1865)

O Capital se apresenta a nós, então, como um "todo fantástico" ou uma "obra de arte científica": ele tem uma atração forte e convincente para qualquer leitor que se aproxime dele livre de preconceitos, e essa atração estética ajudará o iniciante a superar tanto as dificuldades alegadas quanto as genuínas da obra. Agora, há algo bastante peculiar sobre essas dificuldades. Com uma ressalva, que será elaborada no devido tempo, podemos dizer com segurança que *O Capital* contém, para o tipo de público que Marx tinha em mente ("Presumo, é claro, que serão leitores que querem aprender algo novo, que estarão preparados para pensar enquanto estiverem lendo"), menos dificuldades do que qualquer um dos manuais de economia mais ou menos amplamente lidos. O leitor que é capaz de pensar por si mesmo dificilmente encontrará dificuldades sérias, mesmo com relação à terminologia. Algumas seções, como os capítulos 10 e 13-15, sobre "O dia de trabalho", "Cooperação", "Divisão do trabalho" e "Maquinaria e indústria moderna", e a Parte 8 sobre "Acumulação primitiva", que Marx assegurou a Kugelmann que seriam "imediatamente compreensíveis" para sua esposa, são de fato tão predominantemente descritivas e narrativas - e a descrição é tão vívida, a narração tão envolvente - que podem ser imediatamente compreendidas por qualquer pessoa; e esses capítulos juntos constituem mais de dois quintos de todo o livro.

Há vários outros capítulos, no entanto, que não pertencem a esse tipo descritivo e, ainda assim, são praticamente tão fáceis de ler, além de terem o mérito adicional de nos levar diretamente ao coração de *O capital*. É por isso que quero recomendar ao iniciante uma abordagem que diverge um pouco do conselho de Marx sobre um começo

adequado para as senhoras (em que podemos perceber uma certa deferência aos preconceitos de seu próprio tempo!) Espero que a abordagem que recomendo permita que o leitor obtenha uma compreensão completa de *O Capital* tão prontamente, ou até mais prontamente, do que se ele começasse pelos difíceis capítulos iniciais.

Acho que é melhor começar com uma leitura minuciosa do Capítulo 7 sobre "O processo de trabalho e o processo de produção de mais-valia". É verdade que há uma série de dificuldades preliminares a serem superadas, mas todas elas são internas ao assunto em questão e não se devem, como muitas dificuldades nos capítulos anteriores, a uma artificialidade realmente desnecessária na apresentação. O que é dito aqui se refere direta e imediatamente a realidades palpáveis e, em primeiro lugar, à realidade palpável do *processo de trabalho* humano. De imediato, nos deparamos com uma apresentação clara e contundente de um insight essencial para a compreensão adequada do *Capital* - o insight de que esse processo de trabalho da vida real representa, sob o regime atual do *modo de produção capitalista*, não apenas a produção de valores de uso para as necessidades humanas, mas também a produção de bens vendáveis - valores comerciais, valores de troca ou, para simplificar, "valores". Neste capítulo, o leitor se familiariza, no contexto da produção real, com a natureza dual do *modo de produção* capitalista e com o caráter dividido do próprio *trabalho*, na medida em que o trabalho é realizado por trabalhadores assalariados para os proprietários dos meios de produção, ou seja, na medida em que os proletários trabalham para os capitalistas. Com essas percepções, o leitor estará em uma posição melhor para entender a investigação muito mais difícil dos três primeiros capítulos, sobre o caráter dual do *trabalho de produção de mercadorias* e a antítese de *mercadoria* e *dinheiro*.

Mas ainda não estamos em condições de lidar com isso. Por enquanto, deixaremos de lado os primeiros capítulos, que se mostraram um obstáculo para gerações de leitores de Marx, embora uma parte considerável de seu conteúdo nos seja acessível depois de termos estudado o Capítulo 7, especialmente a análise da "Substância do Valor e da Magnitude do Valor" nas duas primeiras seções do primeiro capítulo. Marx declarou, no Prefácio da primeira edição alemã, que havia "popularizado" seu tratamento dessas questões "tanto quanto possível" em comparação com sua apresentação na *Crítica da Economia Política*. Mas a terceira seção, sobre a "Forma do Valor", não é nem de longe tão fácil; nos treze anos entre 1859 e 1872, Marx revisou essa seção nada menos que quatro vezes, e ela "de fato lida com sutilezas". A quarta seção, sobre o "Fetichismo das Mercadorias", também não é muito fácil de ler,

mas isso se deve a razões diferentes, que serão abordadas mais adiante. O breve segundo capítulo é bastante fácil, mas o terceiro é novamente extremamente difícil para o novato.

Portanto, é melhor que o iniciante completo não tente se familiarizar com os capítulos iniciais neste estágio. Depois de ler cuidadosamente o Capítulo 7, ele deve examinar brevemente os Capítulos 8 e 9 e, em seguida, prosseguir para o Capítulo 10, sobre "O dia de trabalho", que é, como já dissemos, um capítulo altamente legível. Também devemos observar que ele é extremamente importante por seu *conteúdo* e que marca, em alguns aspectos, o clímax do livro. O décimo primeiro capítulo, com seus argumentos engenhosamente abstratos, que são apenas "simples" em um sentido dialético, certamente deve ser ignorado por ora, e do décimo segundo devemos retirar apenas o necessário para entender a distinção bastante lúcida que Marx faz nas primeiras páginas entre mais-valia "absoluta" e "relativa". Essa é a distinção entre o aumento do trabalho excedente despendido para a obtenção de lucro por meio do prolongamento absoluto da jornada de trabalho (Capítulo 10) e o aumento do trabalho excedente por meio da redução relativa da proporção do tempo de trabalho necessário para garantir a subsistência do próprio trabalhador, o que é alcançado por meio de um aumento geral na capacidade produtiva do trabalho.

Depois disso, passamos para os capítulos 13 a 15, que, mais uma vez, foram recomendados por Marx como uma leitura particularmente fácil. Esses capítulos *são* fáceis, mas em graus bastante variados. O mais simples é o longo capítulo 15 sobre "Maquinaria e indústria moderna", que representa, tanto em forma quanto em conteúdo, um segundo clímax da obra. O décimo terceiro e o décimo quarto capítulos, por outro lado, apresentam maiores dificuldades conceituais. O décimo quarto capítulo, em particular, embora contenha algumas passagens muito simples, também introduz algumas distinções que são difíceis e intrincadas à primeira vista. É aconselhável prosseguir das primeiras seções desse capítulo, que discute a "Origem dupla da manufatura", diretamente para a quarta e quinta seções, que tratam da "Divisão do trabalho na manufatura e da divisão do trabalho na sociedade" e do "Caráter capitalista da manufatura".

A essa altura, o leitor já chegou a um entendimento preliminar de uma questão importante e crucial. Ele se familiarizou com o processo real de *trabalho e produção*, o coração do capitalismo. Agora é uma questão de situar o processo de trabalho e produção em seus arredores e no processo geral do qual ele é uma fase. Para isso,

devemos nos voltar para o Capítulo 6 sobre "Compra e Venda de Força de Trabalho" e, em seguida, para a Parte VI sobre "Salários", deixando de lado o Capítulo 22 sobre "Diferenças Nacionais de Salários", que é bastante difícil, mesmo para o especialista, e lendo, por enquanto, apenas os Capítulos 19, 20 e 21.

O próximo passo são as Partes VII e VIII, que localizam o processo de produção no fluxo ininterrupto de reprodução e acumulação, ou seja, no processo contínuo de autoperpetuação e autodesenvolvimento - até um certo limite - do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa que dele deriva. A Parte VIII sobre "A chamada Acumulação Primitiva" é novamente uma das partes do livro que Marx recomendou, como especialmente fácil, para Frau Kugelmann e é justamente famosa por seu ritmo de tirar o fôlego e sua verve eletrizante. Além de ser fácil de ler, essa parte, que inclui o Capítulo 33 sobre a "Teoria Moderna da Colonização", representa, em um sentido objetivo, um terceiro clímax do livro. Mas o leitor que estiver preparado para trabalhar eventualmente nas partes difíceis, bem como nas passagens mais simples do livro, deve guardar essa parte até que realmente chegue ao final da Parte 7, pois a Parte 8 foi planejada por Marx como um coroamento final de sua obra.

Há vários motivos pelos quais isso é aconselhável. Em primeiro lugar, os capítulos anteriores da Parte 7 também podem ser classificados, em geral, como as partes menos árduas do livro e, portanto, não apresentam nenhum obstáculo especial. Além disso, o iniciante que chegar ao capítulo sobre "acumulação primitiva" cedo demais pode muito bem ser induzido a pensar, como Franz Oppenheimer e muitos outros, que a teoria marxiana da acumulação primitiva é a teoria do *Capital* ou, na melhor das hipóteses, sua *base* essencial, quando na verdade é apenas um componente da teoria, indispensável, mas não predominante nela. Portanto, parece aconselhável ler as Partes 7 e 8 na ordem em que se encontram e, em seguida, tendo alcançado uma compreensão provisória da forma geral de toda a obra, prosseguir com um estudo mais detalhado de seus detalhes.

Há dois pontos acima de tudo que devem ser elucidados se quisermos obter uma compreensão mais profunda de *O Capital*. Já tocamos no primeiro ponto quando mencionamos a estimativa equivocada da importância da Parte 8 na estrutura teórica geral do livro - um erro de avaliação que tem ampla aceitação dentro e fora do campo marxista. No entanto, não se trata apenas dessa parte, mas também de várias outras seções espalhadas pelo livro e que não foram desenvolvidas em capítulos por si só. Entre essas passagens estão a quarta seção do Capítulo 1, sobre o "Fetichismo das

Mercadorias e seu Segredo", a terceira seção do Capítulo 9, sobre a "última hora" de Senior, a sexta seção do Capítulo 15, sobre a "Teoria da Compensação" e, talvez a mais intimamente ligada à "Acumulação Primitiva", as duas seções do Capítulo 24, sobre a "Concepção Errônea da Economia Política de Reprodução em uma Escala Progressivamente Crescente" e "O Chamado Fundo de Trabalho".

Todas essas discussões, e também um grande número de outras passagens semelhantes, têm em comum o fato de representarem uma *crítica* à economia política - em um sentido mais específico do que aquele em que toda a obra pretende ser, como declara seu subtítulo, "A Critique of Political Economy". A intenção crítica dessas passagens é imediatamente óbvia pelo tipo de linguagem que usam, por sua referência explícita aos "equívocos" de economistas individuais (como Senior) ou da economia política como tal, e por sua descrição do assunto em questão como um "segredo" ou como algo "assim chamado", mascarando algo realmente muito diferente.

Podemos chamar essas passagens de "críticas", no sentido mais restrito da palavra, mas, se analisarmos melhor, veremos que elas se dividem em dois tipos diferentes de importância bastante desigual. O primeiro tipo é o da crítica acadêmica comum, em que Marx, a partir de sua posição teórica superior, entretém a si mesmo e a seus leitores com a devastação alegre das teorias aberrantes e quase científicas dos economistas burgueses pós-clássicos. A essa categoria pertencem passagens como a brilhante demolição, no Capítulo 9, da "teoria" do conhecido professor Nassau Senior, de Oxford, sobre a importância da "última hora de trabalho", e a refutação de outra "teoria" descoberta pelo mesmo "estudioso sincero" e que ainda hoje sobrevive na economia burguesa, a "teoria" da chamada "abstinência" do capital. Essas partes da crítica econômica de Marx estão entre as passagens mais agradáveis do livro e geralmente escondem, sob seu exterior satírico e polêmico, um fundo considerável de percepções pertinentes e significativas, transmitidas ao leitor de uma maneira que poderíamos chamar de "lúdica". A rigor, entretanto, essas passagens não fazem parte do conteúdo essencial de *O Capital*: Elas poderiam ter sido apropriadamente incorporadas ao quarto livro que Marx projetou, sobre a "história da teoria", sobre o qual ele escreveu a Engels (31 de julho de 1865) que deveria ter um caráter mais "histórico-literário" em comparação com as partes teóricas (ou seja, os três primeiros livros), e que seria a parte mais fácil para ele escrever, uma vez que todos os problemas foram resolvidos nos três primeiros livros, e este último é, portanto, mais uma recapitulação em forma histórica".

A segunda categoria de argumentos especificamente "críticos" em *O Capital* é de um tipo bem diferente. Há um número considerável de passagens aqui que são menos volumosas, mas extremamente importantes em relação ao seu conteúdo. Há, por exemplo, o delineamento desse conflito sobre os limites da jornada de trabalho, um conflito que não pode ser resolvido com referência às leis de troca de mercadorias. O mais importante de tudo é a seção final do Capítulo 1 sobre o "Fetichismo das mercadorias e seu segredo" e a parte final de toda a obra sobre "A chamada acumulação primitiva" e o "segredo" que ela contém.

A "crítica da economia política" marxiana começa, como uma teoria econômica, com o esclarecimento conceitual das leis econômicas reais de movimento e desenvolvimento da sociedade capitalista-burguesa moderna.

Essa crítica mantém a mais escrupulosa consistência científica a fim de seguir até sua conclusão lógica todas as proposições apresentadas sobre esse tópico pelos grandes teóricos econômicos do período clássico, ou seja, revolucionário, do desenvolvimento burguês, e conclui explodindo a própria estrutura dessas teorias econômicas. Embora na seção sobre o processo de produção e, mais uma vez, na seção sobre reprodução e acumulação, tudo o que pode ser dito em termos econômicos sobre a origem do capital por meio da mais-valia ou do trabalho não remunerado já tenha sido declarado, ainda resta, afinal, um problema não resolvido a ser elucidado, o que prova, em última análise, ser de caráter não econômico.

Esse resíduo problemático pode ser expresso na seguinte pergunta: qual foi a origem, antes do início de toda a produção capitalista, do primeiro capital e da primeira relação entre o capitalista explorador e o trabalhador assalariado explorado? Já no curso da própria análise econômica, Marx havia repetidamente seguido sua linha de investigação quase até o ponto de fazer essa pergunta - apenas para interrompê-la todas as vezes; mas agora, na parte final de sua obra, ele retorna a esse problema. Em primeiro lugar, sua crítica destrói, com impiedosa minúcia, a resposta dada a essa "questão fundamental" da economia burguesa, não apenas pelos defensores diretos dos interesses da classe capitalista (Marx os chama de "economistas vulgares"), mas também por "economistas clássicos" como Adam Smith. Marx mostra que a resposta deles não era "econômica", mas simplesmente pretendia ser histórica e, na verdade, não passava de uma lenda. Finalmente, ele se dirige, com o mesmo realismo impiedoso e metódico, a essa questão "economicamente" não resolvida e ainda em aberto. Ele também propõe uma *resposta* não econômica, mas *histórica*, embora, em última análise,

sua solução não seja teórica, mas *prática*, que infere da história passada e presente uma tendência de desenvolvimento que se projeta para o futuro. É somente quando apreciamos claramente a maneira pela qual Marx lida com a questão da "Acumulação primitiva" que podemos entender a relação adequada dessa parte final com as partes anteriores de seu livro, e também a posição dentro da Parte 8 do penúltimo capítulo, que conclui o exame histórico da origem e do desenvolvimento da acumulação de capital com um tratamento da "Tendência histórica da acumulação capitalista". Essas considerações também deixam claras as razões metodológicas convincentes pelas quais "A chamada acumulação primitiva" pertence ao final, e não ao início ou ao meio de *O Capital*. Foi por essas razões que Marx o posicionou ali e, pelas mesmas razões, o leitor também deve guardá-lo para o final.

O outro ponto que ainda precisa ser elucidado não diz respeito à conexão entre as seções e capítulos individuais, mas à maneira como os pensamentos e conceitos em si são desenvolvidos. Ele também diz respeito às poucas e realmente graves dificuldades levantadas por certas partes da obra de Marx que ainda não discutimos - dificuldades experimentadas não apenas pelos não instruídos, mas também por aqueles que estão familiarizados com o assunto, mas não têm formação filosófica. São essas dificuldades que são as principais responsáveis pela queixa frequentemente reiterada sobre a "obscuridade de *O Capital*". As passagens em questão são, acima de tudo, a terceira seção do primeiro capítulo sobre a "Forma de Valor", que já mencionamos brevemente, e uma ou duas passagens intimamente ligadas a ela no Capítulo 3, que trata do "Dinheiro". Há ainda algumas outras partes, um pouco menos difíceis, entre elas os Capítulos 9, 11 e 12, que também mencionamos anteriormente, considerados agora em sua relação adequada com os Capítulos 16 a 18 sobre "Mais-valia absoluta e relativa", que muitas vezes são considerados superficialmente como uma simples recapitulação dos Capítulos 9, 11 e 12. Todas essas dificuldades estão integralmente ligadas ao que é chamado de "método dialético".

A explicação que o próprio Marx deu (no posfácio da segunda edição alemã) sobre a importância desse método para a estrutura e a exposição de *O capital* foi muitas vezes mal interpretada - honestamente ou não - para significar simplesmente que na formulação de sua obra, e em particular do capítulo sobre a teoria do valor, Marx flertou aqui e ali com o modo peculiar de expressão da dialética hegeliana. No entanto, quando olhamos mais de perto, reconhecemos que até mesmo a explicação dada pelo próprio Marx vai muito além disso. Isso implica, de fato, que ele adotou plenamente o núcleo

racional (se não a casca mística) do método dialético. Apesar de todo o rigor empírico que Marx, como investigador científico, trouxe à sua observação da realidade concreta dos fatos socioeconômicos e históricos, o leitor que não tiver um treinamento filosófico rigoroso ainda achará os conceitos muito simples de mercadoria, valor e forma de valor bastante esquemáticos, abstratos e irreais à primeira vista. No entanto, esses conceitos devem antecipar inteiramente, conter em si mesmos, como um germe ainda não desenvolvido, a realidade concreta de todo o processo de ser e tornar-se, gênese, desenvolvimento e declínio do modo de produção e da ordem social atuais - e os conceitos de fato antecipam essas realidades. A única coisa que acontece é que a conexão é obscura ou até mesmo invisível aos olhos comuns. Mas aquele que está ciente da conexão, o próprio autor, o "demiurgo" que recriou a realidade na forma desses conceitos, recusa-se a revelar o segredo de seu conhecimento desde o início.

Isso se aplica, sobretudo, ao conceito de "valor". É bem sabido que Marx não inventou nem a ideia nem a expressão, mas a tomou pronta da economia burguesa clássica, especialmente de Ricardo e Smith. No entanto, ele tratou o conceito de forma crítica e o aplicou, com um realismo bastante atípico dos economistas políticos clássicos, à realidade concreta e mutável ao seu redor. Para Marx, em contraste até mesmo com Ricardo, a realidade sócio-histórica das relações expressas nesse conceito é um fato indubitável e palpável. "O infeliz não vê", escreveu Marx em 1868, a respeito de um crítico de seu conceito de valor, "que, mesmo que não houvesse um capítulo sobre 'valor' em meu livro, a análise das relações reais que faço conteria a prova e a demonstração da relação real de valor. O absurdo sobre a necessidade de provar o conceito de valor surge da completa ignorância tanto do assunto tratado quanto do método da ciência. Toda criança sabe que um país que deixasse de funcionar, não digo por um ano, mas por algumas semanas, morreria. Toda criança sabe, também, que a massa de produtos correspondente às diferentes necessidades exige massas diferentes e quantitativamente determinadas do trabalho total da sociedade. O fato de que essa necessidade de distribuir o trabalho social em proporções definidas não pode ser eliminada pela *forma particular* de produção social, mas pode apenas mudar a *forma que ela assume*, é evidente. Nenhuma lei natural pode ser eliminada. O que pode mudar, em circunstâncias históricas variáveis, é a *forma* em que essas leis operam. E a forma em que essa divisão proporcional do trabalho opera, em um estado de sociedade em que a interconexão do trabalho social se manifesta na *troca privada* dos produtos individuais do trabalho, é precisamente o *valor de troca* desses produtos".

No entanto, compare essa passagem com as primeiras páginas de *O Capital* e considere a impressão imediata que essas páginas causam no leitor que ainda não sabe nada sobre o "pano de fundo" realista dos argumentos do autor. Inicialmente, é verdade, há uma série de conceitos introduzidos aqui que são retirados do reino "fenomenal", da experiência de certos fatos sobre a produção capitalista. Entre esses conceitos está aquele que expressa a relação quantitativa de vários tipos de "valores de uso" sendo trocados uns pelos outros, ou seja, a ideia de "valor de troca". Essa noção empiricamente colorida das relações de troca contingentes dos valores de uso logo dá lugar, no entanto, a algo bastante novo, obtido por abstração dos valores de uso das mercadorias, algo que só *aparece* na "relação de troca" das mercadorias, ou em seu valor de troca. É esse "valor" imanente ou interno, obtido pela desconsideração do fenômeno, que forma o ponto de partida conceitual para todas as deduções subsequentes em *O Capital*. "O progresso de nossa investigação", declara Marx explicitamente, "mostrará que o valor de troca é a única forma pela qual o valor das mercadorias pode se manifestar ou é expresso. Por ora, entretanto, temos de considerar a natureza do valor independentemente dessa forma".

Mesmo quando essa progressão é seguida, não voltamos a nada parecido com um fenômeno empírico, imediatamente dado. Em vez disso, passamos, por meio de uma obra-prima absoluta de desenvolvimento conceitual dialético insuperável até mesmo por Hegel, da "Forma do Valor" para a "Forma do Dinheiro" e, em seguida, prosseguimos para a brilhante e, para os não iniciados, correspondentemente difícil seção sobre o "Fetichismo das Mercadorias e seu Segredo". Somente aqui aprendemos que o próprio "valor", ao contrário das mercadorias corpóreas e dos proprietários corpóreos de mercadorias, não é algo fisicamente real, nem expressa, como o termo "valor de uso", uma simples relação entre um objeto disponível ou fabricado e uma necessidade humana. Em vez disso, o "valor" se revela como uma "relação interpessoal oculta sob um exterior reificado", um tipo de relação integral a um modo histórico definido de produção e forma de sociedade. Ele era desconhecido, nessa forma obscurecida e reificada, para todas as épocas históricas, modos de produção e formas de sociedade anteriores, e será igualmente supérfluo no futuro para sociedades e modos de produção não mais baseados na produção de mercadorias.

Esse exemplo ilustra a *estrutura* das descrições de Marx sobre as coisas. Essa estrutura não tem apenas a vantagem intelectual e estética de uma força e insistência esmagadoras; ela também é eminentemente adequada a uma ciência que não tem como

objetivo a preservação e o desenvolvimento posterior das ordens econômicas e sociais capitalistas atuais, mas sim sua subversão no curso da luta e sua derrubada revolucionária. Não é dado ao leitor de *O Capital* um único momento para a contemplação tranquila de realidades e conexões imediatamente dadas; em toda parte, o modo marxiano de apresentação aponta para a inquietação imanente em todas as coisas existentes. Esse método, em suma, demonstra sua superioridade decisiva sobre todas as outras abordagens para a compreensão da história e da sociedade, na medida em que inclui em sua compreensão e reconhecimento afirmativo do estado existente das coisas, ao mesmo tempo também, o reconhecimento da negação desse estado, de sua inevitável ruptura; considera toda forma historicamente desenvolvida como em movimento fluido e, portanto, leva em conta sua natureza transitória não menos do que sua existência momentânea; não permite que nada se imponha sobre ela e é, em sua essência, crítica e revolucionária.

Qualquer pessoa que queira extrair de sua leitura de *O Capital* não apenas alguns vislumbres do funcionamento e do desenvolvimento da sociedade moderna, mas toda a teoria contida no livro, terá de se conformar com essa característica essencial do modo de apresentação de Marx. Estaríamos nos enganando se pensássemos que poderíamos encontrar um acesso menos árduo ao *Capital* lendo-o, por assim dizer, "de trás para frente", em vez de do início ao fim. Não que seja impossível lê-lo dessa forma. Se o fizéssemos, certamente seríamos poupados, por exemplo, do trabalho de nos depararmos, no Capítulo 11, com uma série de leis referentes à relação entre "Taxa e Massa de Mais-Valia", todas válidas apenas se desconsiderarmos a possibilidade de "Mais-Valia Relativa" - que nem sequer é levantada até o próximo capítulo. Deveríamos ser poupados da descoberta, no Capítulo 16, depois de trabalharmos em um tratamento similarmente "abstraido" das leis da mais-valia relativa nos capítulos anteriores, de que "de um ponto de vista, qualquer distinção entre mais-valia absoluta e relativa parece ilusória", na medida em que se revela que "a mais-valia relativa é absoluta, e a mais-valia absoluta é relativa"; e a descoberta de que ambas as categorias, na verdade, representam apenas elementos abstratos da mais-valia real e concreta - que se revela, por sua vez, como nada mais do que um fator altamente abstrato no desenvolvimento descritivo geral que leva aos fenômenos reais da realidade econômica ao nosso redor.

Tudo isso pode ser evitado. Mas é precisamente desse método rigoroso que depende a superioridade formal da análise marxiana. É um método que não deixa nada fora de consideração, mas que se recusa a aceitar as coisas de forma acrítica com base

em um empirismo superficial, comum ou de jardim, encharcado de preconceitos. Se anularmos essa característica de *O Capital*, *ficaremos*, de fato, com a perspectiva não científica da economia vulgar, da qual Marx zombou com tanta amargura. A economia vulgar "teoriza" invocando consistentemente as aparências contra as leis que as fundamentam e, na prática, parece defender apenas os interesses da classe cujo poder está instalado na realidade imediatamente dada do momento presente². Ela parece não saber, ou não querer saber, que sob a superfície dessa realidade imediata existe uma dimensão mais profunda, mais difícil de compreender, mas igualmente real; uma dimensão que abrange não apenas a realidade dada em si, mas também sua alteração contínua, suas origens, desenvolvimento e desaparecimento, sua transição para novas formas de vida no futuro e as leis que regem todas essas mudanças e desenvolvimentos. Mesmo assim, pode ser aconselhável, até mesmo para o leitor que está preparado, em princípio, para se submeter à progressão dialética do argumento em *O Capital*, examinar algumas páginas do Capítulo 16 antes de ler o Capítulo 11. Isso revelará antecipadamente algo da tendência do argumento no Capítulo 11, uma tendência que, em uma inspeção mais minuciosa, descobrimos ter começado muito antes disso.

Apresentamos vários exemplos para ilustrar a relação "dialética" entre um tratamento inicialmente bastante abstrato de um determinado objeto ou nexos e o tratamento subsequente, cada vez mais concreto, do mesmo fenômeno. Esse modo de desenvolvimento, que caracteriza toda a estrutura de *O capital*, de Marx, parece inverter ou "inverter" a ordem em que determinadas realidades são "naturalmente" consideradas pelo observador não científico. Como Marx declara repetidamente, não há nenhum conceito de salário em sua análise antes do capítulo 19; há apenas o conceito de valor (e às vezes o preço) da "mercadoria força de trabalho". Somente no capítulo 19 é que o novo conceito de "salário", que "aparece na superfície da sociedade burguesa como o preço do trabalho", é "deduzido" do conceito preparatório.

Esse modo dialético de apresentação também está ligado a outra coisa que os dialeticamente não iniciados (em outras palavras, a grande maioria dos leitores atuais, independentemente de sua qualificação acadêmica) acham difícil de entender no início. Esse é o uso que Marx faz, em todo *O Capital* e também em suas outras obras, do conceito e do princípio da "contradição", especialmente a contradição entre o que é chamado de "essência" e o que é chamado de "aparência". "Toda ciência", disse Marx,

² Uma linha do texto em alemão foi confundida nesse ponto. Forneci uma leitura provável por inferência a partir do contexto imediato - trans.

"seria supérflua se a aparência externa das coisas coincidissem exatamente com sua essência". O leitor terá de se acostumar com esse princípio básico da ciência marxiana. Ele terá de se acostumar com o tipo de comentário que é feito com frequência em *O Capital*, no sentido de que essa ou aquela "contradição" que se mostra presente em algum conceito, lei ou princípio (por exemplo, no conceito de "capital variável") não invalida o uso do conceito, mas apenas "expressa uma contradição inerente à produção capitalista". Em muitos desses casos, uma inspeção mais minuciosa revela que a alegada "contradição" não é de fato uma contradição, mas é feita para parecer assim por meio de um modo de expressão simbolicamente abreviado ou enganoso; no caso que acabamos de mencionar de "capital variável", isso é apontado pelo próprio Marx. Entretanto, nem sempre é possível resolver as contradições de forma tão simples. Quando a contradição persiste, e o antidialético persiste em sua objeção a ela, mesmo em função de um tratamento lógico-dedutivo estritamente sistemático dos conceitos, então esse oponente terá de ser aplacado com a observação de Goethe sobre o uso da metáfora, à qual Mehring se refere em seu interessante estudo do estilo de Marx: "Não me proíba o uso da metáfora; eu não poderia expressar meus pensamentos de outra forma

Marx emprega o dispositivo "dialético" em muitos momentos cruciais de sua obra, destacando, dessa forma, os conflitos da vida real entre as classes sociais, ou o contraste entre as realidades da existência social e a consciência dos homens na sociedade, ou o contraste entre uma tendência histórica profunda e as tendências mais superficiais e compensatórias que a compensam, ou até mesmo a supercompensam no curto prazo. Todas essas tensões são retratadas como "contradições", e isso pode ser considerado um tipo sofisticado de uso metafórico, iluminando as conexões e inter-relações mais profundas entre as coisas. Exatamente o mesmo poderia ser dito sobre o outro conceito dialético da "conversão" de uma ideia, um objeto ou um relacionamento em seu oposto (dialético), a conversão, por exemplo, de quantidade em qualidade. Isso não é usado com tanta frequência quanto o conceito de contradições, mas ocorre em vários pontos decisivamente importantes.

Vários apêndices são fornecidos para auxiliar o uso prático desta edição do *Capital*. Eles incluem notas sobre moedas inglesas, pesos e medidas, etc., mencionados no livro. Mas, além desses, também incluímos um apêndice de grande importância teórica. Ele contém a famosa recapitulação de Marx de seus estudos políticos e econômicos e as conclusões gerais a que eles deram origem, que apareceu como o *Prefácio à Crítica da Economia Política* em 1859. Esse resumo oferece uma visão

penetrante do desenvolvimento de Marx como estudante da sociedade e da economia e das características essenciais de sua concepção materialista da história. Essa foi a concepção que ele desenvolveu em meados dos anos quarenta, deixando para trás tanto o idealismo filosófico hegeliano quanto o idealismo político democrático-revolucionário. A partir de 1845, ele trabalhou com Engels em direção à versão completamente amadurecida dessa teoria, que recebeu uma formulação provisória no *Prefácio* de 1859.

Aqui, Marx condena explicitamente o que, de qualquer forma, é óbvio nas páginas de *O Capital*, que ele não pretendia, nem remotamente, transformar seu novo princípio em uma teoria filosófica geral da história que seria imposta de fora sobre o padrão real dos eventos históricos. Pode-se dizer da concepção de história de Marx o mesmo que ele próprio disse de sua teoria do valor; que ela não pretendia ser um princípio dogmático, mas apenas uma abordagem original e mais útil do mundo real, sensorial e prático que se apresenta ao sujeito ativo e reflexivo. Há cinquenta anos, Marx evitou certas concepções equivocadas sobre o método de *O Capital*, sustentadas pelo sociólogo e idealista russo Mikhailovsky, explicando que *O Capital* e, em particular, as conclusões a que chegou na Parte 8 sobre Acumulação Primitiva, não pretendia ser nada mais do que um esboço histórico das origens e do desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental.

Pode-se dizer que as teorias propostas em *O Capital* possuem uma validade mais geral apenas no sentido de que qualquer análise empírica de uma determinada estrutura natural ou social tem uma relevância que transcende seu assunto específico. Essa é a única concepção de verdade compatível com os princípios de uma ciência estritamente empírica. O desenvolvimento atual dos países europeus e de alguns países não europeus já demonstra, até certo ponto, que *o Capital* pode, com justiça, alegar possuir essa validade. O futuro confirmará o resto.